

FOLHA DE SÃO PAULO
22 MAI 1988

A. 2 — 1.º caderno — OPINIÃO — Domingo, 22 de maio de 1988

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil A * *

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Director de Redacção: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Louço e Otávio Frias Filho (Secretário)

A última oportunidade

Nos próximos dias os constituintes estarão diante da mais preciosa oportunidade de votar em sintonia com a opinião pública e com a lógica da transição política, no que diz respeito à duração do mandato do presidente José Sarney. Lamentavelmente, a se crer nas avaliações do Planalto, a tese dos cinco anos já contaria com o apoio de mais da maioria absoluta dos congressistas. O cálculo — que alguns políticos favoráveis aos quatro anos confirmam, como é o caso do governador fluminense — contrasta nitidamente com as conclusões da pesquisa realizada pelo DataFolha às vésperas da definição do mandato dos futuros presidentes da República. Naquela ocasião, no mês de março, registrou-se um empate estatístico entre os partidários de quatro e cinco anos para os sucessores de Sarney. Mas na hora da votação, como se sabe, prevaleceu o período maior, em meio a um deprimente espetáculo de pressões, fraquezas e capitulações face às investidas do Executivo.

O resultado parece ter oferecido aos constituintes um excelente anteparo para não mais contrariar as pretensões do presidente: a idéia de que é inevitável, sob pena de discriminação, estabelecer para Sarney um mandato idêntico ao que já foi votado para os próximos ocupantes do cargo. Ainda que possa ter sua lógica, a conclusão de tal raciocínio não pode ser, em hipótese alguma, tratada como verdade absoluta. Pelas circunstâncias que o levaram ao poder, por seu caráter eminentemente transitório e pela inquestionável soberania de que se revestem os trabalhos do Congresso constituinte, o atual governo pode e deve ter sua permanência submetida aos interesses maiores do país. Não há nenhum constrangimento de ordem institucional ou moral que impeça os parlamentares de votarem, para Sarney, um mandato diverso do que foi estabelecido para os futuros governantes — até porque estes serão eleitos pelo voto popular e estarão inseridos em uma nova ordem constitucional e democrática.

Há, por outro lado, imperativos institucionais e políticos indicando que o governo Sarney estaria com seu ciclo encerrado após quatro anos. A transição é um processo que deve ser delimitado pela promulgação da nova Carta. Concluída a reorganização do país, fixados os parâmetros de um novo arcabouço legal, previstas as características da etapa a ser, finalmente, inaugurada, resta apenas o desfecho que a opinião pública reclama: a convocação de eleições diretas para a Presidência da República. Não há motivo para postergações. Nada justifica o prolongamento da transição por um tempo desnecessário e indesejável. Do ponto de vista político, este radical desencontro entre os parlamentares e eleitores, já demonstrado exaustivamente por pesquisas, contribui unicamente para a desmoralização do Congresso constituinte e da própria credibilidade da política brasileira.

Convém ainda mencionar um outro argumento, levantado com frequência contra a realização do pleito presidencial este ano: o de que as eleições trariam "intranquilidade" para o país. Trata-se de uma lógica tão pífia que, a rigor, nem deveria ser levada em consideração. Admitindo-a, porém, para efeito de raciocínio, há de se convir que eleição haverá de qualquer forma, já que os municípios escolherão seus novos prefeitos e vereadores no mês de novembro.

Logo, se eleição gera intranquilidade — o que é falso, convém sempre frisar —, ela virá de qualquer forma, como decorrência de um calendário que as regras democráticas exigem que se cumpra. A dar prosseguimento a este temor, francamente autoritário, o país estaria condenado eternamente à intranquilidade. Não é esta a concepção acerca do voto que contribuirá para transformar o Brasil em um país moderno e democrático.

Os parlamentares eleitos para redigir a nova Carta encontram-se às vésperas de uma decisão histórica. A possibilidade de frustrar novamente o país ou de corresponder às suas expectativas é o que têm nas mãos.